

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional**

**Período de Análise: 01/02/2014 a 28/02/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## **Índice**

<b>Em dez anos, Programa de Aquisição de Alimentos investiu R\$ 5,3 bilhões</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/02/2014.....	3
<b>Pepe Vargas recebe ministro para políticas de combate à fome do Paraguai</b> - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/02/2014.....	5
<b>Má alimentação é responsável por 75% dos problemas que colocam vidas em risco.</b> João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/02/2014 .....	6
<b>Oficina apresenta ações brasileiras de segurança alimentar e nutricional a estrangeiros</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 06/02/2014.....	8
<b>Verduras, legumes e frutas têm forte alta no mercado paulista.</b> Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 14/02/2014 .....	9
<b>Gâmbia busca experiência em ações de fortalecimento da agricultura familiar.</b> Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 14/02/2014 .....	10
<b>Área global de transgênicos cresceu 3% em 2013.</b> Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 14/02/2014 .....	11
<b>Rede virtual Ideias na Mesa abre curso sobre segurança alimentar</b> – Site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/02/2014.....	11
<b>Brasil consome 14 agrotóxicos proibidos no mundo.</b> Vasconcelo Quadros – Site do MST. 26/02/2014.....	12
<b>PAA: Agricultores familiares recebem R\$ 7,5 milhões em fevereiro</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/02/2014.....	16
<b>Balanço traz avanços do Brasil nas ações de segurança alimentar e nutricional</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/02/2014 .....	18
<b>Produção orgânica: saúde para quem produz e para quem consome.</b> Sandra Cecília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/02/2014 .....	20
<b>O futuro da agricultura familiar.</b> Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 28/02/2014.....	21

**Em dez anos, Programa de Aquisição de Alimentos investiu R\$ 5,3 bilhões – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/02/2014**

*Governo federal adquiriu 4 milhões de toneladas de alimentos da agricultura familiar. Iniciativa fortaleceu produção agrícola e deu rumo à política de segurança alimentar*

Brasília, 3 – O Brasil vem ampliando o acesso à alimentação e impulsionando a agricultura familiar na última década. No aniversário de 10 anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os resultados alcançados mostram que o investimento do governo federal mudou a realidade no campo e nas cidades. Em uma década, o governo investiu R\$ 5,3 bilhões para a compra de 4 milhões de toneladas de produtos da agricultura familiar.

“Essa foi uma contribuição importante à política de segurança alimentar, garantindo comida às comunidades carentes e oportunidades a milhares de pequenos agricultores no campo”, avalia a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Em todo o país, foram mais de 1,3 milhão de operações de compra de alimentos de 388 mil agricultores familiares. Por seu papel estratégico no combate à pobreza, o programa é uma das ações que integram o plano Brasil Sem Miséria.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, ressalta que ao fomentar a produção de alimentos da agricultura familiar, o governo federal combina o desenvolvimento do setor com a promoção da segurança alimentar. “O PAA é, de fato, um programa que tem essa dupla estratégia. Desde 2003, a agricultura familiar é considerada eixo prioritário para o desenvolvimento do país.”

Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados à formação de estoques estratégicos ou ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. O governo vem garantindo o fornecimento de alimentos a centros de convivência de idosos, comunidades terapêuticas, associações beneficentes, creches públicas, hospitais e restaurantes populares. Anualmente, o governo atende mais de 23 mil entidades socioassistenciais. O PAA já beneficiou 3.915 municípios nesses 10 anos.

“O programa promove segurança alimentar e nutricional à medida que garante atendimento às populações em situação de vulnerabilidade”, afirma o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos. “O governo tem garantido com o PAA o abastecimento de alimentos de qualidade a quem mais precisa”. A lista de produtos adquiridos inclui mais de 3 mil itens, estimulando a produção local e permitindo a diversificação da agricultura familiar. “Isso tem favorecido a elaboração de cardápios mais saudáveis”, destaca.

PAA Leite – Ele lembra que o programa de aquisição de leite tem cumprido um importante papel na cadeia do produto, sobretudo no Nordeste. Em dez anos, o governo comprou 1,9 milhão de litros de leite produzidos por 25.772 mil agricultores familiares.

O secretário comenta que novos convênios do PAA Leite foram firmados recentemente com sete estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, ao custo de R\$ 607 milhões, para aquisição de 400 mil litros de leite por dia, que serão produzidos por 50 mil agricultores. “Para ter ideia da dimensão dessa compra, a cada dez litros de leite produzidos no Nordeste, 1,3 litros é adquirido pelo PAA”, aponta Campos.

Ano Internacional – O Programa de Aquisição de Alimentos chega em 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar, com inovações decorrentes do aprimoramento da gestão e dos avanços ao longo da última década. Desde o ano passado, o programa passou a utilizar nova forma de execução, com sistemas informatizados e acompanhamento em tempo real. “Isso simplificou a operacionalização e garante mais transparência e controle da execução dos recursos”, explica Arnoldo de Campos.

O programa passou a ser operacionalizado por municípios e estados e atualmente conta com a adesão de 426 municípios em 23 estados. “Agora, o pagamento é feito diretamente na conta do agricultor familiar, que pode sacar o dinheiro no caixa, com um cartão magnético específico do PAA”, destaca o secretário.

Ele aponta que, do ponto de vista da gestão, o programa vem sendo aprimorado, dando mais transparência graças à implantação de sistemas informatizados e de atividades de monitoramento, avaliação e fiscalização. “Além disso, existem mecanismos de controle social, com conselhos e comitês que garantem a participação na fiscalização dos próprios beneficiários, de entidades representativas e dos poderes públicos”, pondera.

As compras públicas têm cumprido importante papel na inclusão social dos mais pobres, no desenvolvimento local e na valorização da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. “Por meio do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, milhares de agricultores familiares têm sido beneficiados, contribuindo para o desenvolvimento de suas regiões”, afirma.

O PAA também se caracteriza por incentivar a participação das mulheres agricultoras como fornecedoras do programa, em grupos ou individualmente. Da mesma forma, jovens têm sido incentivados a permanecer no meio rural em função das oportunidades geradas pelo programa.

A partir de 2011, o Programa de Aquisição de Alimentos intensificou as estratégias de combate à pobreza e inclusão social. “Atualmente, 50% dos agricultores familiares que participam do programa estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal”, informa Campos. O programa tem estimulado a participação das mulheres, que já chegam a 37% dos fornecedores do PAA.

Também faz parte da estratégia do programa promover compras de alimentos agroecológicos, orgânicos e da sociobiodiversidade. O objetivo é aumentar a participação desses produtos nas compras governamentais. “Em relação aos orgânicos, por exemplo, a meta é chegar a, pelo menos, 5% do total adquirido”, informa.

Outra novidade é a modalidade compra institucional. “Estados e municípios podem comprar de forma direta e simplificada alimentos da agricultura familiar para entidades que fornecem alimentação, como hospitais e universidades”, diz o secretário.

O PAA é executado com recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e tem a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) como seu principal operador.

Referência internacional – A experiência brasileira do Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo adaptada em outros continentes. Na África, o PAA está presente em cinco países: Etiópia, Níger, Moçambique, Malauí e Senegal. Desde 2012, o PAA África alimentou 125 mil estudantes com a produção de mais de 5 mil agricultores familiares.

Na América Latina e Caribe, o programa está sendo adaptado em 10 países: Antígua e Barbuda, Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Peru. “O Brasil tem servido de referência para os países da América Latina como gerador e articulador de esforços públicos na implementação das diversas políticas públicas exitosas sobre a redução da pobreza”, diz Adoniram Sanches, oficial de Políticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para América Latina e Caribe.

Esses projetos contam o apoio do MDS e do Ministério das Relações Exteriores, além da FAO, do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional.

---

#### **Pepe Vargas recebe ministro para políticas de combate à fome do Paraguai - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/02/2014**

As políticas públicas brasileiras voltadas para agricultura familiar tem se consolidado como referência para outros países. E, para conhecer melhor o trabalho promovido pelo Governo Federal, o assessor especial da presidência do Paraguai para políticas de combate à fome e à pobreza, ministro Juan Carlos Baruja, se reuniu, nesta terça-feira (4), com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, em Brasília.

Durante o encontro, o ministro paraguaio demonstrou o interesse do seu país em aplicar a experiência brasileira na agricultura familiar do Paraguai. Baruja destacou que as políticas públicas brasileiras são "um modelo a ser seguido por outros países", referindo-se especialmente ao PAA, Programa Nacional de Aquisição de Alimentos. O ministro Pepe Vargas, reforçou a eficiência das políticas voltadas para a agricultura familiar e ressaltou ainda a possibilidade de acordos entre os dois países dentro do Mais Alimentos Internacional.

Juan Carlos Baruja salientou seu interesse em receber técnicos do MDA e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para conhecer de forma

detalhada as políticas que mudaram a realidade do campo brasileiro. As reuniões de trabalho entre os dois países estão previstas para começar ainda em fevereiro. Segundo o ministro do Paraguai, "ao aplicar em seu país políticas já tão bem sucedidas no Brasil, será possível vencer o desafio que o próprio governo brasileiro impôs e superou com sucesso, que é o de erradicar a fome no País."

#### *PAA*

O PAA, criado em 2003, possibilita a aquisição de alimentos de agricultores familiares. Os gêneros alimentícios são destinados a pessoas, em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais ou de estoques estratégicos do governo.

Entre 2003 e 2005, o Programa foi operado, exclusivamente, com recursos do MDS. A partir de 2006, o PAA passou a ter uma maior participação do MDA, com dotação orçamentária própria, sob coordenação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA).

No MDA, o foco do PAA está na formação de estoques governamentais, na sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, além do apoio à formação de estoques de produtos pelas próprias organizações de agricultores familiares e apoio à comercialização.

#### *Mais Alimentos Internacional*

O Mais Alimentos Internacional foi criado em 2010, a princípio como Mais Alimentos África. Atualmente, quatro países têm acordo firmado com o Brasil: Zimbábue, Moçambique, Gana e Cuba. O objetivo do programa é estabelecer uma linha de cooperação técnica que destaca a produção de alimentos pela agricultura familiar como caminho para segurança alimentar e nutricional dos países participantes.

Aliado à cooperação técnica, a ação prevê o financiamento de tecnologia adaptada às realidades socioambientais da agricultura familiar local, como forma de ampliar a produção e a produtividade dos estabelecimentos rurais. A ideia é que estes países possam produzir mais e melhor. Com o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda tornarem-se clientes regulares da tecnologia agrícola brasileira.

---

**Má alimentação é responsável por 75% dos problemas que colocam vidas em risco.  
João Paulo Biagi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).  
04/02/2014**

A importância da alimentação saudável para o ser humano e a participação da agricultura familiar na produção destes alimentos foi assunto de painel de debate do Seminário Internacional PAA + Aquisição de Alimentos, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para celebrar os 10 anos do

Programa de Aquisição de Alimentos. O evento foi realizado nesta terça-feira (04), em Brasília.

Com o tema O PAA e a agricultura familiar na promoção da alimentação saudável e da segurança alimentar, o painel enalteceu a produção de alimentos benéficos à saúde e colocou em xeque a má alimentação, que começa a dominar os hábitos alimentares ao redor do mundo.

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, assegurou que a agricultura familiar é o principal produtor de alimentos saudáveis e lembrou que ainda há o desafio da segurança alimentar. “Não seremos o país que queremos ser se não valorizarmos a agricultura familiar. A maior parte dos alimentos que está na mesa do brasileiro é proveniente da agricultura familiar”, afirmou.

Representante da Organização Panamericana de Saúde (Opas), Enrique Jacoby apresentou os 20 maiores fatores que colocam em risco a vida do ser humano. Destes, 15 tem ligação direta com a má alimentação. “Basicamente, o que coloca a vida em risco é a alimentação de baixa qualidade. Temos que promover os alimentos naturais e consumir cada vez menos alimentos processados”, salientou o peruano.

Enrique endossou o discurso de Laudemir e ressaltou a importância da produção familiar de alimentos. “Aprendi e creio que é muito importante observar que falar de agricultura familiar é falar de desenvolvimento, saúde e biodiversidade. Este segmento é protagonista na produção de alimentos saudáveis”, observou.

#### *Referência mundial*

Em outro painel, houve debate sobre a contribuição e a importância do PAA em outros países. Com o tema O Programa de Aquisição de Alimentos como Referência Internacional, os convidados presentes mostraram os resultados do programa em âmbito mundial, mas principalmente na África e na América Latina.

Durante o painel, foi exibido um vídeo enviado pelo diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, parabenizando o programa pelos seus 10 anos. “Essa é uma história de sucesso, que começou em 2003, quando o então presidente Lula colocou como meta principal de seu governo a garantia de todos os brasileiros terem três refeições por dia. Nesse contexto, nasceram o PAA e o Bolsa Família. Com ousadia, a presidenta Dilma deu o passo seguinte dessa história, cujo o nome diz tudo: Brasil sem Miséria. Hoje, o Brasil é referência no combate à fome e não e priva de divulgar suas estratégias para outros países. Diversos países estão mudando suas leis de compras públicas para se enquadrarem na mesma estratégia do PAA”, pontuou Graziano.

Representantes de Moçambique, Reino Unido e Equador, presentes no evento, lembraram a necessidade da política para o combate à fome e à pobreza. “Tivemos os melhores 10 anos da história do planeta, quando o assunto é tirar pessoas da miséria. O

nosso objetivo é dar prosseguimento ao trabalho realizado e melhorá-lo” garantiu o embaixador do Reino Unido no Brasil, Alexander Wykeham Ellis.

Alexander adiantou que Reino Unido e Brasil são parceiros no PAA-África porque o programa funciona e há a possibilidade de adaptá-lo para outros países. “O Brasil é um centro de excelência quando o assunto é aquisição de alimentos e diminuição da pobreza. O mundo precisa aprender com o Brasil”, avaliou o britânico.

Desde 2012, o Brasil apoia os governos africanos a adotarem a estratégia do Programa de Aquisição de Alimentos – unir agricultores familiares aos mercados – para combater a fome, a desnutrição e a pobreza rural de forma sustentável. Com um orçamento total de US\$11 milhões (R\$ 22,5 milhões), financiados pelos governos brasileiro e britânico, o programa se concentra na implementação de pilotos de compras locais de alimentos em cinco países do continente: Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal.

---

#### **Oficina apresenta ações brasileiras de segurança alimentar e nutricional a estrangeiros – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 06/02/2014**

*Delegações de nove países da América Latina e do Caribe conheceram políticas de combate à fome e à miséria no Brasil*

Brasília, 6 – Paralelamente ao seminário internacional que comemorou nesta semana os 10 anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), representantes de nove países da América Latina e do Caribe participaram nesta quarta (5) e quinta-feira (6), em Brasília, de uma oficina para conhecer as políticas brasileiras de segurança alimentar e nutricional. Também foram debatidas ações de combate à pobreza, por meio do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria.

O encontro faz parte de uma cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Agência de Cooperação Brasileira (ABC) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para apoiar estratégias nacionais e regionais de superação da pobreza e de segurança alimentar. Membros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) também participaram da oficina e discutiram a importância de dar voz à sociedade civil na construção de ações e programas voltados para a alimentação dos brasileiros.

Priscila Bocchi, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, apresentou aos estrangeiros o funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e relatou como é feito o monitoramento das ações da área pelo governo federal. “A experiência brasileira teve sucesso porque nós desenvolvemos uma estratégia que envolve vários órgãos de governo, com um conjunto de ações e com a participação da sociedade civil. Apresentamos todos os elementos para que eles possam



aplicar em seus países, de acordo com as diferenças de cada um, e ver que é possível combater a fome”, ressalta.

O secretário geral da Confederação dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia, Rodolfo Machaca, disse que seu país está em processo de implementação de leis e regulamentos que deem soberania alimentar à sua população e, segundo ele, a oficina irá contribuir no atingimento do objetivo. “É importante esta aliança e esta troca de experiência entre os países latino-americanos para que sigamos avançando no processo de erradicação da fome”, diz.

As delegações do Paraguai, da Bolívia, do Peru, da Colômbia, de El Salvador, do Equador, da Guatemala, de Honduras e da Nicarágua também participaram de uma visita de campo, na quarta-feira, para conhecer o programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

---

### **Verduras, legumes e frutas têm forte alta no mercado paulista. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 14/02/2014**

A falta de chuvas e o forte calor que castigam o cinturão verde ao redor da região metropolitana de São Paulo já motivaram uma alta de 40%, em média, nos preços das verduras vendidas no entreposto da Ceagesp na capital desde janeiro. No caso dos legumes, a valorização média chega a 20%, e algumas frutas também estão cerca de 30% mais caras. E, além de pagar mais, os consumidores estão tendo que se contentar com produtos de pior qualidade em muitos casos.

Se as altas médias já são expressivas, num claro de sinal de que os hortifrutícolas em geral exercerão grande pressão nos índices inflacionários neste mês, no caso de alguns itens as disparadas na Ceagesp impressionam. A alface lisa extra, por exemplo, já subiu 142%, enquanto o pimentão verde aumentou 121% e o brócolis, 80%. Esse cenário vale para outras regiões do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste que também têm sofrido com a atual onda de calor.

"Sempre esperamos um pico de preços em janeiro porque ou calor é grande ou o excesso de chuvas destrói as verduras. Mas este ano foi atípico, com uma seca imensa e temperaturas elevadíssimas", diz Josmar Macedo, assistente executivo da área econômica da Ceagesp. "As verduras estão pequenas e amareladas", afirma.

Mesmo nessa situação, há varejistas de outros Estados buscando alimentos no entreposto de São Paulo. "A seca é tão grande em algumas regiões que, mesmo com qualidade baixa, estamos fornecendo para supermercados do Espírito Santo e de Minas Gerais".

Em algumas regiões, a seca tem sido tão aguda que foi preciso parar de produzir. A Jacareí Agricultura, que tem a alface como seu carro-chefe em plantações em Santa Isabel, Andradas, Jarinu e Jacareí, no interior paulista, não cultiva um único pé há três

semanas. "Não temos mais água para irrigação em nenhuma das propriedades. E não adianta contratar caminhões-pipa, porque o abastecimento é caro e dura dois dias, enquanto as alfaces precisam de umidade todos os dias", afirma Ricardo Lopes, proprietário da empresa.

Ele diz que ainda não calculou seus prejuízos financeiros porque o plantio de hortaliças e verduras tem custos muito variados e a contabilidade é feita sempre depois de alguns meses. "Saberei meu prejuízo daqui dois ou três meses, mas já posso dizer que perdemos 70% da nossa produção de verão. Não fornecemos nem metade do que nossos clientes precisavam e ainda tivemos aumento de custos", lamenta Lopes. Além de vender sua produção na Ceagesp, a Jacareí Agricultura atende redes varejistas como Walmart e Sondas.

Em condições normais, a Jacareí produz cerca de 1 milhão de pés de alface por mês. Com o tombo da produção, Lopes afirma que tentou buscar produtos em outros Estados para atender seus clientes, mas que o custo de transporte inviabilizou a negociação. "Com a colheita, lavagem, embalagem e o frete, a alface chegaria ao mercado, sem que eu tivesse lucro, a cerca de R\$ 4 para o consumidor. Ninguém iria querer comprar". Para se ter uma ideia, em dezembro o custo de produção da Jacareí para cada pé de alface ficava entre R\$ 0,90 e R\$ 1,20, o que permitia ao varejista vender a alface de R\$ 1,10 a R\$ 2.

---

**Gâmbia busca experiência em ações de fortalecimento da agricultura familiar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 14/02/2014**

Representantes do governo de Gâmbia estão no Brasil para conhecer as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Nesta quarta-feira, a delegação esteve na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com o objetivo de conhecer as experiências de sucesso na área de segurança alimentar no Brasil.

Durante o encontro, o grupo demonstrou maior interesse nas políticas desenvolvidas pelo governo para apoiar a comercialização da produção familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A comitiva também se interessou por ações capazes de garantir renda mínima ao produtor frente à oscilação do preço no mercado, pelas operações que asseguram o abastecimento do país, e por medidas de financiamento ao agricultor.

A delegação do Gâmbia é composta por representantes do Ministério das Finanças e Assuntos Econômicos, do Ministério da Saúde, do Ministério Básico e Educação, do Ministério da Agricultura, da Gâmbia Standard Bureau e da Agência Nacional de Nutrição. Também acompanham a missão representantes do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas.

---

## **Área global de transgênicos cresceu 3% em 2013. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 14/02/2014**

O plantio global de organismos geneticamente modificados (OGMs) bateu novo recorde e cobriu 175,3 milhões de hectares em 2013, conforme levantamento da organização não governamental Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA). Foi o 18º ano de comercialização de transgênicos, e em relação ao ano anterior área cresceu 3,1%.

Desde 1996, quando estrearam nos EUA, os transgênicos registraram, em 12 anos, taxas de avanço de dois dígitos. Nas contas do ISAAA, os ganhos de produtividade proporcionados pela tecnologia serviram para "economizar" 123 milhões de hectares em novas áreas de plantio. Em 2013, 27 países cultivaram OGMs, com destaque para Estados Unidos, Brasil, Argentina, Índia e Canadá (ver infográfico). A entidade calcula que, no total, 18 milhões de produtores cultivaram transgênicos no ano passado.

No Brasil, o incremento da área em relação a 2012 foi de 10%, o maior entre os países que lideram a semeadura pelo quinto ano seguido. O ISAAA também destacou a estreia dos transgênicos em Bangladesh em 2013, onde uma variedade de berinjela foi liberada no mercado.

O ISAAA informou que, conforme estimativa, o mercado global de cultivares transgênicas atingiu US\$ 15,6 bilhões em 2013, quase 7% mais que em 2012. Os principais transgênicos plantados no ano passado foram soja, milho, algodão, canola, abóbora, papaia, alfafa, beterraba, tomate e pimentão.

---

## **Rede virtual Ideias na Mesa abre curso sobre segurança alimentar – Site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/02/2014**

*Conteúdo auxilia profissionais que lidam com beneficiários do Bolsa Família e promove educação alimentar e nutricional*

Brasília, 24 – A rede virtual Ideias na Mesa, organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), abriu um curso virtual gratuito sobre Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, com o objetivo de promover ações de Educação Alimentar e Nutricional. Este é o primeiro curso de autoaprendizagem da Rede.

Com carga horária de 30 horas e realizado à distância, o curso pretende auxiliar profissionais que atuam com os beneficiários do Bolsa Família, mas outros públicos também poderão acessá-lo. O conteúdo é dividido em três módulos: Direito Humano à Alimentação Adequada: conceito, histórico e importância; A exigibilidade dos Direitos Humanos no âmbito da saúde, educação e assistência social; e O papel da Educação Alimentar e Nutricional como estratégia para fortalecer o empoderamento e a

autonomia das famílias. Haverá declaração de participação para todos os alunos que obtiverem 70% de acertos na avaliação final.

O Ideias na Mesa é uma rede virtual que visa o estabelecimento de referenciais técnicos, conceituais e metodológicos e o fortalecimento e valorização da Educação Alimentar e Nutricional. O espaço é democrático e voltado para troca de experiências, diálogos, compartilhamento de arquivos, criação de eventos e construção de novos conhecimentos na área.

---

### **Brasil consome 14 agrotóxicos proibidos no mundo. Vasconcelo Quadros – Site do MST. 26/02/2014**

Do Portal iG

Os indicadores que apontam o pujante agronegócio como a galinha dos ovos de ouro da economia não incluem um dado relevante para a saúde: o Brasil é maior importador de agrotóxicos do planeta. Consome pelo menos 14 tipos de venenos proibidos no mundo, dos quais quatro, pelos riscos à saúde humana, foram banidos no ano passado, embora pesquisadores suspeitem que ainda estejam em uso na agricultura.

Em 2013 foram consumidos um bilhão de litros de agrotóxicos no País – uma cota per capita de 5 litros por habitante e movimento de cerca de R\$ 8 bilhões no ascendente mercado dos venenos.

Dos agrotóxicos banidos, pelo menos um, o Endosulfan, prejudicial aos sistemas reprodutivo e endócrino, aparece em 44% das 62 amostras de leite materno analisadas por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) no município de Lucas do Rio Verde, cidade que vive o paradoxo de ícone do agronegócio e campeã nacional das contaminações por agrotóxicos. Lá se despeja anualmente, em média, 136 litros de venenos por habitante.

Na pesquisa coordenada pelo médico professor da UFMT Wanderlei Pignati, os agrotóxicos aparecem em todas as 62 amostras do leite materno de mães que pariram entre 2007 e 2010, onde se destacam, além do Endosulfan, outros dois venenos ainda não banidos, o Deltametrina, com 37%, e o DDE, versão modificada do potente DDT, com 100% dos casos. Em Lucas do Rio Verde, aparecem ainda pelo menos outros três produtos banidos, o Paraquat, que provocou um surto de intoxicação aguda em crianças e idosos na cidade, em 2007, o Metamidofóis, e o Glifosato, este, presente em 70 das 79 amostras de sangue e urina de professores da área rural junto com outro veneno ainda não proibido, o Piretroides.

Na lista dos proibidos em outros países estão ainda em uso no Brasil estão o Tricolfon, Cihexatina, Abamectina, Acefato, Carbofuran, Forato, Fosmete, Lactofen, Parationa Metflica e Thiram.

*Chuva de lixo tóxico*

“São lixos tóxicos na União Europeia e nos Estados Unidos. O Brasil lamentavelmente os aceita”, diz a toxicologista Márcia Sarpa de Campos Mello, da Unidade Técnica de Exposição Ocupacional e Ambiental do Instituto Nacional do Câncer (Inca), vinculado ao Ministério da Saúde. Conforme aponta a pesquisa feita em Lucas do Rio Verde, os agrotóxicos cancerígenos aparecem no corpo humano pela ingestão de água, pelo ar, pelo manuseio dos produtos e até pelos alimentos contaminados.

Venenos como o Glifosato são despejados por pulverização aérea ou com o uso de trator, contaminam solo, lençóis freáticos, hortas, áreas urbanas e depois sobem para atmosfera. Com as precipitações pluviométricas, retornam em forma de “chuva de agrotóxico”, fenômeno que ocorre em todas as regiões agrícolas mato-grossenses estudadas. Os efeitos no organismo humano são confirmados por pesquisas também em outros municípios e regiões do país.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), segundo a pesquisadora do Inca, mostrou níveis fortes de contaminação em produtos como o arroz, alface, mamão, pepino, uva e pimentão, este, o vilão, em 90% das amostras coletadas. Mas estão também em praticamente toda a cadeia alimentar, como soja, leite e carne, que ainda não foram incluídas nas análises.

O professor Pignati diz que os resultados preliminares apontam que pelo menos 30% dos 20 alimentos até agora analisados não poderiam sequer estar na mesa do brasileiro. Experiências de laboratórios feitas em animais demonstram que os agrotóxicos proibidos na União Europeia e Estados Unidos são associados ao câncer e a outras doenças de fundo neurológico, hepático, respiratórios, renais e má formação genética.

### *Câncer em alta*

A pesquisadora do Inca lembra que os agrotóxicos podem não ser o vilão, mas fazem parte do conjunto de fatores que implicam no aumento de câncer no Brasil cuja estimativa, que era de 518 mil novos casos no período 2012/2013, foi elevada para 576 mil casos em 2014 e 2015. Entre os tipos de câncer, os mais suscetíveis aos efeitos de agrotóxicos no sistema hormonal são os de mama e de próstata. No mesmo período, segundo Márcia, o Inca avaliou que o câncer de mama aumentou de 52.680 casos para 57.129.

Na mesma pesquisa sobre o leite materno, a equipe de Pignati chegou a um dado alarmante, discrepante de qualquer padrão: num espaço de dez anos, os casos de câncer por 10 mil habitantes, em Lucas do Rio Verde, saltaram de três para 40. Os problemas de malformação por mil nascidos saltaram de cinco para 20. Os dados, naturalmente, reforçam as suspeitas sobre o papel dos agrotóxicos.

Pignati afirma que os grandes produtores desdenham da proibição dos venenos aqui usados largamente, com uma irresponsável ironia: “Eles dizem que não exportam seus produtos para a União Europeia ou Estados Unidos, e sim para mercados africanos e

asiáticos.”

Apesar dos resultados alarmantes das pesquisas em Lucas do Rio Verde, o governo mato-grossense deu um passo atrás na prevenção, flexibilizando por decreto, no ano passado, a legislação que limitava a pulverização por trator a 300 metros de rios, nascentes, córregos e residências. “O novo decreto é um retrocesso. O limite agora é de 90 metros”, lamenta o professor.

“Não há um único brasileiro que não esteja consumindo agrotóxico. Viramos mercado de escoamento do veneno recusado pelo resto do mundo”, diz o médico Guilherme Franco Netto, assessor de saúde ambiental da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz). Na sexta-feira, diante da probabilidade de agravamento do cenário com o afrouxamento legal, a Fiocruz emitiu um documento chamado de “carta aberta”, em que convoca outras instituições de pesquisa e os movimentos sociais do campo ligados à agricultura familiar para uma ofensiva contra o poder (econômico e político) do agronegócio e seu forte lobby em toda a estrutura do governo federal.

#### *Reação da Ciência*

A primeira trincheira dessa batalha mira justamente o Palácio do Planalto e um decreto assinado, no final do ano passado, pela presidente Dilma Rousseff. Regulamentado por portaria, a medida é inspirada numa lei específica e dá exclusividade ao Ministério da Agricultura \_ histórico reduto da influente bancada ruralista no Congresso \_ para declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária diante do surgimento de doenças ou pragas que possam afetar a agropecuária e sua economia.

Essa decisão, até então era tripartite, com a participação do Ministério da Saúde, através da Anvisa, e do Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama. O decreto foi publicado em 28 de outubro. Três dias depois, o Ministério da Agricultura editou portaria declarando estado de emergência diante do surgimento de uma lagarta nas plantações, a *Helicoverpa armigera*, permitindo, então, para o combate, a importação de Benzoato de Emamectina, agrotóxico que a multinacional Syngenta havia tentado, sem sucesso, registrar em 2007, mas que foi proibido pela Anvisa por conter substâncias tóxicas ao sistema neurológico.

Na carta, assinada por todo o conselho deliberativo, a Fiocruz denuncia “a tendência de supressão da função reguladora do Estado”, a pressão dos conglomerados que produzem os agroquímicos, alerta para os inequívocos “riscos, perigos e danos provocados à saúde pelas exposições agudas e crônicas aos agrotóxicos” e diz que com prerrogativa exclusiva à Agricultura, a população está desprotegida.

A entidade denunciou também os constantes ataques diretos dos representantes do agronegócio às instituições e seus pesquisadores, mas afirma que com continuará zelando pela prevenção e proteção da saúde da população. A entidade pede a “revogação imediata” da lei e do decreto presidencial e, depois de colocar-se à

disposição do governo para discutir um marco regulatório para os agrotóxicos, fez um alerta dramático:

“A Fiocruz convoca a sociedade brasileira a tomar conhecimento sobre essas inaceitáveis mudanças na lei dos agrotóxicos e suas repercussões para a saúde e a vida.”

Para colocar um contraponto às alegações da bancada ruralista no Congresso, que foca seu lobby sob o argumento de que não há nexos comprovados de contaminação humana pelo uso de veneno nos alimentos e no ambiente, a Fiocruz anunciou, em entrevista ao iG, a criação de um grupo de trabalho que, ao longo dos próximos dois anos e meio, deverá desenvolver a mais profunda pesquisa já realizada no país sobre os efeitos dos agrotóxicos – e de suas inseparáveis parceiras, as sementes transgênicas – na saúde pública.

O cenário que se desenha no coração do poder, em Brasília, deve ampliar o abismo entre os ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento, de um lado, e da Saúde, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, de outro. Reflexo da heterogênea coalizão de governo, esta será também uma guerra ideológica em torno do modelo agropecuário. “Não se trata de esquerdismo desvairado e nem de implicância com o agronegócio. Defendemos sua importância para o país, mas não podemos apenas assistir à expansão aguda do consumo de agrotóxicos e seus riscos com a exponencial curva ascendente nos últimos seis anos”, diz Guilherme Franco Netto. A queda de braços é, na verdade, para reduzir danos do modelo agrícola de exportação e aumentar o plantio sem agrotóxicos.

#### *Caso de Polícia*

“A ciência coloca os parâmetros que já foram seguidos em outros países. O problema é que a regulação dos agrotóxicos está subordinada a um conjunto de interesses políticos e econômicos. A saúde e o ambiente perderam suas prerrogativas”, afirma o pesquisador Luiz Cláudio Meirelles, da Fiocruz. Até novembro de 2012, durante 11 anos, ele foi o organizador gerente de toxicologia da Anvisa, setor responsável por analisar e validar os agrotóxicos que podem ser usados no mercado.

Meirelles foi exonerado uma semana depois de denunciar complexas falcatruas, com fraude, falsificação e suspeitas de corrupção em processos para liberação de seis agrotóxicos. Num deles, um funcionário do mesmo setor, afastado por ele no mesmo instante em que o caso foi comunicado ao Ministério Público Federal, chegou a falsificar sua assinatura.

“Meirelles tinha a função de banir os agrotóxicos nocivos à saúde e acabou sendo banido do setor de toxicologia”, diz sua colega do Inca, Márcia Sarpa de Campos Mello. A denúncia resultou em dois inquéritos, um na Polícia Federal, que apura suposto favorecimento a empresas e suspeitas de corrupção, e outro cível, no MPF. Nesse, uma das linhas a serem esclarecidas são as razões que levaram o órgão a afastar Meirelles.

As investigações estão longe de terminar, mas forçaram já a Anvisa – pressionada pelas suspeitas –, a executar a maior devassa já feita em seu setor de toxicologia, passando um pente fino em 796 processos de liberação avaliados desde 2008. A PF e o MPF, por sua vez, estão debruçados no órgão regulador que funciona como o coração do agronegócio e do mercado de venenos.

---

**PAA: Agricultores familiares recebem R\$ 7,5 milhões em fevereiro – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/02/2014**

*Pagamento direto foi feito a mais de 4 mil famílias que forneceram produtos entre 17 de janeiro e 14 de fevereiro. Por meio de um cartão bancário, os produtores podem sacar o valor dos produtos fornecidos ou fazer compras em débito automático*

Brasília, 26 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassou nesta terça-feira (25) R\$ 7,5 milhões a agricultores familiares que forneceram produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mais de 4 mil famílias que entregaram alimentos ao programa pela modalidade de Compra com Doação Simultânea já podem sacar os recursos referentes à venda da sua produção no período entre 17 de janeiro e 14 de fevereiro. Desde junho de 2013, quando o governo passou a fazer os pagamentos diretamente aos agricultores, o PAA já repassou mais de R\$ 57 milhões às famílias.

O pagamento direto aos fornecedores foi uma das principais mudanças implementadas em 2013 no programa. Os produtores recebem os pagamentos mensalmente e sacam os recursos por meio de cartão magnético individual e específico do programa. O cartão também pode ser utilizado para pagamentos em débito automático. De acordo com as regras da modalidade de Compra com Doação Simultânea, cada produtor pode vender para o programa até R\$ 5,5 mil por ano.



**Programa de Aquisição de Alimentos (Termo de Adesão)  
Folha de Pagamento - ref.: 14/02/2014**

**Total BRASIL**

**Agricultores atendidos no mês:** 4.115

**Valor Total (R\$) pago:** R\$ 7.577.907,25

**Pagamentos anteriores do ano**

17/01/2014	R\$	9.981.372,77	08/10/2013	R\$	1.148.860,63
17/12/2013	R\$	29.421.267,44	17/09/2013	R\$	459.131,00
14/11/2013	R\$	6.886.816,62	12/08/2013	R\$	263.239,98
16/10/2013	R\$	2.284.900,74	19/06/2013	R\$	2.030,00

**Adesão Estadual**

Estado	Agricultores atendidos	Valor Total (R\$)
PA Pará	34	R\$ 52.622,59
PE Pernambuco	641	R\$ 1.253.942,52
PI Piauí	876	R\$ 2.504.444,92
RO Rondônia	28	R\$ 82.603,90
<b>Total</b>	<b>1.579</b>	<b>R\$ 3.893.613,93</b>

**Adesão Municipal**

Estado	Quant. Municípios	Agricultores atendidos	Valor Total (R\$)
AL Alagoas	1	4	R\$ 17.999,98
BA Bahia	19	575	R\$ 578.747,25
CE Ceará	11	602	R\$ 776.509,55
ES Espírito Santo	1	1	R\$ 2.176,55
GO Goiás	1	1	R\$ 4.499,14
MA Maranhão	14	237	R\$ 243.680,81
MG Minas Gerais	13	415	R\$ 603.295,06
MS Mato Grosso do Sul	1	35	R\$ 61.785,94
PA Pará	1	18	R\$ 65.067,73
PB Paraíba	4	119	R\$ 166.367,03
PE Pernambuco	1	66	R\$ 98.698,82
PR Paraná	3	87	R\$ 108.238,84
RO Rondônia	1	15	R\$ 20.384,54
RS Rio Grande do Sul	6	102	R\$ 89.638,22
SC Santa Catarina	2	60	R\$ 105.233,10
SE Sergipe	1	3	R\$ 5.636,20
SP São Paulo	6	162	R\$ 667.758,64
TO Tocantins	1	34	R\$ 68.575,92
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>2.536</b>	<b>R\$ 3.684.293,32</b>

Além da agilidade no repasse dos recursos, o novo modelo de operação do PAA substituiu os antigos convênios por termos de adesão de estados e municípios. A mudança trouxe uma série de mecanismos de controle que garantem maior segurança na operacionalização, além de facilitar o acompanhamento dos pagamentos aos produtores. “A nova forma de operar tenta dar mais simplicidade e mais rapidez com o pagamento direto ao agricultor, mais transparência no controle e acompanhamento de todo o

processo, ou seja, temos um sistema mais ágil para o agricultor que fornece o alimento, com mais facilidade de gestão”, destaca o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

Os alimentos comercializados nesta modalidade são destinados a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de entidades da rede socioassistencial e instituições públicas ou filantrópicas de ensino. Em 2012, 185 mil agricultores familiares de todo país forneceram alimentos para o PAA, que foram distribuídos a 23,8 mil entidades.

---

**Balanco traz avanços do Brasil nas ações de segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/02/2014**

*Segundo o documento, transferência de renda, apoio à agricultura familiar e ações para universalização do acesso à água no Semiárido contribuíram para melhorar indicadores nutricionais e reduzir a mortalidade infantil no Brasil*

Brasília, 27 - Os esforços realizados pelo governo federal para combater a fome e a pobreza contribuíram para melhorar os indicadores de segurança alimentar e nutricional, reduzir as desigualdades sociais e baixar os índices de desnutrição e mortalidade infantil no país. É o que aponta o balanço apresentado nesta quarta-feira (26), em Brasília, pelo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, durante reunião da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) – órgão responsável por integrar ministérios e setores públicos federais na articulação de ações voltadas à área de segurança alimentar e nutricional.

O secretário atribui à articulação da sociedade civil com o governo os principais avanços sociais do Brasil nos últimos 10 anos. “O conjunto de ações e resultados conquistados na área social chamam a atenção do mundo inteiro e devemos esse processo de construção democrática de políticas públicas ao diálogo estabelecido entre o governo e os representantes da sociedade”, destacou. Para a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco, a participação da sociedade civil é fundamental para o aprimoramento das políticas públicas. “É importante para monitorar a execução das ações e apontar os passos para sua revisão”.

Elaborado pela Caisan, o Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Plansan 2012/2015 também será apresentado durante a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2, que ocorrerá de 18 a 20 de março em Brasília. Essa conferência tem por objetivo permitir à sociedade civil acompanhar e avaliar a execução das ações governamentais para aprimorar a gestão pública da política nacional de segurança alimentar.

Redução da pobreza – Segundo o secretário, o comprometimento brasileiro com as questões sociais reduziu a pobreza de 24,2%, em 2002, para 8,5% em 2012 e a extrema pobreza caiu de 8,8% para 3,5% no mesmo período. No resumo apresentado aos membros da Caisan, ele citou a evolução dos gastos públicos na área social como um dos fatores responsáveis pelas mudanças ocorridas no Brasil na última década. Em 2012, os investimentos do Brasil nessa área alcançaram R\$ 744 bilhões, o equivalente a 16,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor representa um crescimento de 128,2% em comparação ao ano 2000.

O balanço mostra também que o investimento na área de segurança alimentar e nutricional foi ampliado em mais de cinco vezes entre 2004 e 2013. Dentre as políticas sociais que contribuíram para a queda da desigualdade e redução da pobreza, destaca-se o Bolsa Família, responsável por manter 36 milhões de brasileiros fora da pobreza e da extrema pobreza nos últimos 10 anos. Ainda segundo o balanço, com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, em 2011, o governo federal ampliou de três para cinco o limite de filhos beneficiários do programa de transferência de renda por família. A medida resultou na inclusão de 1,3 milhão de novas crianças e adolescentes no programa.

Agricultura Familiar – O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também são destacados entre os projetos que mais contribuíram para melhorar os indicadores sociais brasileiros. Para Arnaldo de Campos, um dos pioneirismos do Brasil foi instituir uma nova modalidade de compras institucionais que permite a qualquer órgão público adquirir alimentos da agricultura familiar para abastecer escolas públicas, hospitais, quartéis, restaurantes universitários, refeitórios de creches e outros equipamentos públicos. Em 2012, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atendeu mais de 43 milhões de estudantes da rede pública de ensino. “Esses programas, juntos, promoveram uma revolução silenciosa no país”, defendeu o secretário.

Ainda segundo o Balanço, o Programa Água para Todos levou mais de 800 mil cisternas para o Semiárido brasileiro na última década e contribuiu para melhorar a qualidade de vida das famílias que convivem com a falta de água e a escassez de alimentos na região. As ações de transferência de renda, acesso à água e segurança alimentar e nutricional, apoiadas em uma política de crescimento econômico com inclusão social, contribuíram para a redução da mortalidade infantil e da desnutrição no Brasil. “Conseguimos nos antecipar à meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio e atingir, em 2012, a redução da taxa de mortalidade infantil estipulada pela ONU para 2015”, observou Arnaldo de Campos.

Desafios – Quanto aos desafios, o secretário destacou a importância de fortalecer a intersetorialidade e a participação social nas políticas de segurança alimentar nas três esferas do governo, além de direcionar esforços para garantir acesso ao alimento nas regiões mais pobres do país – principalmente no Norte e Nordeste – e melhorar a qualidade da alimentação que chega à mesa dos brasileiros. Para ele, também é

necessário enfrentar outras questões relacionadas à insegurança alimentar e nutricional, que são o sobrepeso e a obesidade, principalmente entre os adolescentes.

---

**Produção orgânica: saúde para quem produz e para quem consome. Sandra Cecília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/02/2014**

Uma produção orgânica vai muito além da ausência de agrotóxico. Para que o produto seja certificado, toda a propriedade deve estar em equilíbrio com o meio ambiente. Quem explica bem como funciona é Felipe Gehrker, residente de Picada Café, município da Serra Gaúcha, produtor de orgânicos desde 2001. “Para começar a produzir orgânicos deve-se obedecer às normas e regras da certificadora. É preciso respeitar córregos, matas nativas, flora, fauna e solo. Você nunca vai produzir pensando só em você, o que o vizinho faz interfere na minha produção”, relata.

Felipe está expondo e comercializando no espaço da agricultura familiar, no pavilhão dois, da Festa Nacional da Uva. A família do agricultor produz uva, morango, amora, tangerina ou bergamota e figo, que, beneficiados, se transformam em sucos, geleias e compotas. Eles fazem parte da Cooperativa de Produção e Comércio Vida Natural – Coopernatural, que hoje tem 32 cooperados e já expôs seus produtos em feiras por todo Brasil e, até mesmo, fora do país.

Sobre a escolha dos produtos e forma de trabalho Felipe dá a dica. “Usamos adubação verde, e a escolha da espécie a ser cultivada tem que ser correta. Eu escolhi a uva bordot, que é uma espécie mais rústica e resistente. E em outros casos, como o morango, eu planto e espero crescer, e, se houver alguma praga, eu erradico a planta doente. No orgânico a prevenção é a essência, ou seja, com um solo bom a planta é sã.”

Os produtos da propriedade dos Gehker são certificados pela [Ecovida](#), uma rede de agroecologia e certificação de produtos orgânicos participativa, onde os associados fazem auto certificação, ou seja, eles mesmos vistoriam as propriedades uns dos outros.

Quem também tem seus produtos certificados pela Ecovida é a família de Adriana Mossmann Steffen, que mora em Bom Princípio, também no Rio Grande do Sul, famosa terra do morango, onde produzem orgânicos derivados da cana-de-açúcar. Da propriedade saem açúcar mascavo, melado, rapadura com amendoim e o Schmier - um doce criado pelos imigrantes alemães no RS, a base de caldo de cana, abóbora, laranja, mamão e mandioca.

Segundo Adriana, o que os mantém firmes na produção é o modo de vida saudável conquistado por eles e repassado aos outros. “Nós sempre produzimos naturalmente, mas hoje temos mais preocupação com o que comemos e passamos para as pessoas comerem. A sorte é que o mundo está mudando, agora o consumidor tem mais consciência do que comprar para alimentar sua família. Além disso, é muito mais gostoso né?” Sobre as características do alimento orgânico, Felipe concorda com Adriana. “O produto orgânico mantém a característica original da planta tanto na cor

quanto no sabor e, também, na nutrição. Quem experimenta, só vai querer orgânico”, observa o agricultor da Serra Gaúcha.

---

**O futuro da agricultura familiar. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 28/02/2014**

*Como evitar a fome que irá grassar no planeta se não produzirmos o suficiente, com pouca expansão de área, e sem machucar os biomas e o ar que respiramos?*

Os leitores devem estar conscientes da preocupação mundial, expressa em simpósios, folhas e telas cotidianas, a respeito da segurança alimentar.

Como evitar a fome que irá grassar no planeta se não produzirmos o suficiente, com pouca expansão de área, e sem machucar os biomas e o ar que respiramos?

Se a data marcada para a catástrofe for o ano de 2050, aí então saiam de baixo. As projeções dos analistas podem cair sobre suas cabeças como viadutos.

Alguém, no entanto, já se perguntou de quais alimentos estamos falando? Ou nossos olhares, como os de USDA, FAO e, caseiramente, IBGE e CONAB, estão voltados apenas para grãos, carnes, açúcar, suco – se for de laranja – e café, itens que embalam as principais commodities agrícolas nas bolsas mundiais.

Aqui, na Federação de Corporações Brasil, de grande população, como ficará a saladinha em nosso quilo de cada dia? Como os adeptos do veganismo pouparão os animais de sacrifícios? Frutinhas raras ou exóticas serão fartas? O que fará uma mulher grávida diante de vontade irresistível de comer pitangas? E você, amigo de copo, que pensou deixar cambucis amenizando o travo de cachaça mal escolhida?

Se a tecnologia não der ajuda – robôs, sínteses industriais, transgenias - graçolas assim terão que ser esquecidas. Não as minhas, mas a de alimentação nutritiva e prazerosa no futuro.

Sim, você sempre poderá ter um canteiro de chicória ou um pé de araquá em seu quintal. Pouco mais do que isso, porém. Hoje em dia, a agropecuária empresarial baseia-se em volumetria, viabilizada por demanda que lhe permite escala.

Investimentos em terras, maquinário, tecnologias nutricionais e fitossanitárias, remuneração de mão de obra, capacidade de armazenagem, para trazerem retorno e se tornarem mais ou menos resistentes a choques de oferta e preços, precisam de volume e competitividade.

Assim manda o sistema capitalista e faz o processo de concentração se espalhar globalmente. Quando estanca em algum país, é porque mantido através de subsídios governamentais.

Mas isso é o feijão com arroz de que conhecemos o prato. No Brasil, mesmo se traduzido em baião de dois.

O que me interessa aqui é dizer que a fila anda, e aqueles imigrantes ou descendentes que fizeram a vida agachando-se em canteiros de verduras e legumes, recolhendo ovos caídos de poleiros sujos de títica de galinha, ou protegendo pêssegos com envelopes de papel, estão em acelerada extinção.

Alguém aí penalizado? Não fiquem. Vale até mesmo regozijo. Queriam o quê? Novas gerações abrindo mão de suas aquisições educacionais, culturais e urbanoides? Niseis, sanseis e oriundis mantendo os mesmos hábitos de seus ancestrais?

Gosto de conversar com gente da pequena agricultura. Lamentam ver minguar “o negócio da família”. Mesmo assim pensam em mel. Falam da volta das abelhas quando interrompidos os tratamentos com agrotóxicos. Afinal, não precisam colher 100 sacas de soja ou 12 mil quilos de milho por hectare.

Cai o número de produtores rurais dedicados aos plantios nos chamados cinturões verdes ou mesmo fora deles, em pequenas propriedades economicamente inviáveis. O que a expansão urbana e a especulação imobiliária não fizeram, a sucessão na família está a fazer.

Andanças me contam isso. Repasso-as. Visitem as regiões de Mogi das Cruzes, Atibaia, Itapetininga, Pilar do Sul, Jundiaí, no estado de São Paulo. Não será diferente em campos mais distantes.

Uns poucos anciãos, ajudados por cunhados, sobrinhos e subempregados, que ainda não saíram para centros urbanos ou se ajeitaram em outras atividades, insistem na recolta de almeirões, rúculas e cheiros-verdes.

Não serão muitos nem eternos.

Acharam que eu terminaria aqui? De forma desesperançada? Coisa nenhuma. É assunto pra muito lero. Merece ser menos perfunctório (baita termo, hein?).

Não caberia ao governo e iniciativa privada organizarem um projeto que integrasse agricultura familiar, assentamentos, e o MST, Movimento dos Trabalhadores sem Terra, recuperando o papel que o último teve em 30 anos de história?

Na próxima.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria



**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: [www.ufrj.br/cpda/oppa](http://www.ufrj.br/cpda/oppa)